

[BRASIL](#)[Acesso à informação](#)[Participe](#)[Serviços](#)[Legislação](#)[Canais](#)[Ir para o conteúdo 1](#)[Ir para o menu 2](#)[Ir para a busca 3](#)[Ir para o rodapé 4](#)[Twitter](#)[YouTube](#)[Facebook](#)[Flickr](#)[Perguntas frequentes](#)[Contato](#)[Serviços e sistemas](#)[Área de imprensa](#)

Menu

Transparência Pública

CGU lança índice que mede transparência de estados e municípios

Escala Brasil Transparente

Iniciativa dá nota de 0 a 10 a entes avaliados e permite refletir sobre o cenário de acesso à informação em todo o Brasil

Curtir 50

Tweetar 109

publicado: 15/05/2015 11h21 última modificação: 15/05/2015 19h08

Itens relacionados

[Em três anos, Executivo Federal recebeu mais de 270 mil pedidos de acesso à](#)

[Exibir carrossel de imagens
Ascom/CGU](#)

informaçãoRedes sociais da CGU fazem campanha de estímulo à regulamentação da Lei de Acesso

Em comemoração aos três anos de vigência da Lei de Acesso à Informação, no dia 16 de maio, a Controladoria-Geral da União (CGU) lança, na manhã desta sexta-feira (15), em Brasília, índice que mede a transparência pública em estados e municípios brasileiros. É a Escala Brasil Transparente (EBT), metodologia criada pela Controladoria para avaliar o grau de cumprimento às normas de Lei de Acesso (Lei 12.527/2011).

No total, foram analisados 492 municípios com até 50 mil habitantes, incluindo todas capitais, além dos 26 estados e do Distrito Federal. Todos os entes avaliados receberam uma nota de 0 a 10 pontos, calculada pela soma de dois critérios: regulamentação da Lei de Acesso (25%) e efetiva existência e atuação do Serviço de Informação ao Cidadão (75%). A ideia da metodologia é refletir sobre o cenário de transparência em todo o Brasil.

A criação de uma nota gerou um *ranking* dos entes avaliados. Segundo a escala, os estados do Ceará e de São Paulo são os mais transparentes do país, ambos com nota máxima. Eles são seguidos do Paraná, de Sergipe, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com notas 9,72; 9,31; 9,17 e 9,17, respectivamente. Em contrapartida, Amapá e Rio Grande do Norte figuram no final da lista com notas zero.

Em âmbito municipal, Apiúna (SC) e São Paulo (SP) receberam nota dez. Contudo, 63% dos municípios avaliados tiraram nota zero e cerca de 23%, entre um e dois. Apenas sete municípios, tiraram notas entre nove e dez (1,4%), sendo cinco da região sul. No caso das capitais, os três mais transparentes foram São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Brasília (DF), com notas 10; 9,31; e 8,89, respectivamente. Macapá (PA), Porto Velho (RO) e São Luís (MA) não pontuaram.

Os entes que tiraram nota baixa e tiverem dificuldades na implementação da Lei de Acesso podem entrar em contato com a Controladoria para pedir auxílio ao órgão pelo Programa Brasil Transparente. Criado em 2013, o programa ajuda estados e municípios na aplicação de medidas de transparência, a partir de capacitações, distribuição de material, apoio no desenvolvimento dos Portais da Transparência locais e cessão do código-fonte do Serviço Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Com o resultado da EBT, a CGU visa aprofundar o monitoramento da transparência pública e gerar um acompanhamento das ações realizadas por estados e municípios. Ainda no 2º semestre deste ano, a Controladoria pretende realizar nova avaliação da



Ministro Valdir Simão em evento de lançamento da Escala Brasil Transparente

EBT. A expectativa é ampliar a amostra e também permitir a inscrição para os municípios que queiram ser avaliados pela CGU.

Métrica

O diferencial da metodologia criada pela CGU é a verificação da efetividade da Lei de Acesso, pois foram feitas solicitações reais de acesso à informação em diversas áreas de governo, a fim de verificar o desempenho e o cumprimento às normas legais. Dessa forma, a métrica primou pela efetividade dos pedidos de acesso (transparência passiva).

A amostra foi obtida a partir de uma seleção aleatória para os municípios com até 50 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014. A avaliação ocorreu apenas no Poder Executivo do ente. Foi reservado um percentual aproximado de 9% para municípios de cada estado. Também foram incluídas na amostra todas as capitais, bem como todos os estados e o Distrito Federal.

Áudio

Ouçá a íntegra da entrevista coletiva concedida pelo ministro-chefe da CGU, Valdir Simão, e pela secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, Patrícia Audi.



[Download do áudio - MP3 | 21 MB](#)

registrado em: [Lei de Acesso à Informação](#), [Brasil Transparente](#), [Avaliação](#), [Relatórios](#)
[Voltar para o topo](#)

Assuntos

[Articulação Internacional](#)

[Auditoria e Fiscalização](#)

[Atividade Disciplinar](#)

[Controle Social](#)

[Ética e Integridade](#)

[Orientações aos Gestores](#)

[Ouvidoria](#)

[Responsabilização de Empresas](#)

[Transparência Pública](#)

Serviços

[Perguntas frequentes](#)

[Contato](#)

[Acesso a sistemas](#)

[Área de imprensa](#)

Redes sociais

[Facebook](#)

[Twitter](#)

[YouTube](#)

RSS

[O que é?](#)

Sobre o site

[Acessibilidade](#)

[Mapa do site](#)



Desenvolvido com o CMS de código aberto [Plone](#)